



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]

OS PORTUGUESES NO URUGUAI

GONÇALVES, Alexandre

Doutorando em Sociologia

ISCTE-IUL

horazero@horazero.pt

Resumo

O presente comunicação pretende apresentar a comunidade de emigrantes portugueses e seus descendentes no Uruguai, nomeadamente na Capital Montevideo e na cidade de San Carlos, considerando o tipo de associações que constituíram e como se interligam entre eles e as outras comunidades

Abstract

This manuscript aims to present the Portuguese community of immigrants and their descendents in Uruguay, namely in the capital Montevideo and in the city of San Carlos, taking into account the type of associations they built up, how they interrelate between themselves and with other communities.

Palavras-chave: Estado-Nação, Etnicidade, Identidade, Cultura, Border vs Frontier, Capital Social.

Keywords: Nation State, Identity, Culture, Border vs Frontier, Social Capital.

“A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita -, um povo já é um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si precede-o como as tábuas da lei aos Hebreus no deserto. São projetos, sonhos, injunções, lembranças de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos.” Eduardo Lourenço¹

Na vastidão dos nossos emigrantes vários estudos têm sido feitos sobre os respetivos fenómenos sociais. Da avaliação desses trabalhos ressalta a pouco estudada comunidade no Uruguai. Esta foi uma das principais razões da escolha desse país para a nossa investigação, cujo desenvolvimento está na origem da tese: Portugal e o Uruguai, Países Fronteira entre Fronteiras - Estudo sobre a emigração portuguesa e os seus traços identitários no Uruguai.

No seio desta investigação encontrámos o território que susteve a comunicação feita em Évora, no VIII Congresso Português de Sociologia, a que demos o título de: Os Portugueses no Uruguai.

1. Introdução

Dos emigrantes portugueses no Uruguai, destacamos os que partiram entre as décadas 1930 e 1960 e se radicaram na cidade de Montevidéu e uma comunidade mais antiga fundada por açorianos em 1763, na cidade de San Carlos. Comunidade que, em 2013, festejou o seu duocentésimo quinquagésimo aniversário. A incidência nestes grupos justifica-se pelo aspeto numérico, no caso de Montevidéu, dado que representa o maior grupo de emigrantes portugueses a viver no Uruguai, e pelo evocar da memória bicentenária pela “Asociación *Los Azoreños*”, em homenagem aos açorianos fundadores da atual cidade de San Carlos. Nesta analogia estão presentes duas diferentes durações de memória, uma de dois séculos e meio e outra de menos de um século, representadas por práticas, valores e atitudes, que estabeleceram fronteiras identitárias – “nós” e os “outros” ou “eles”. E são esses referentes culturais presentes nesses universos simbólicos que constroem o presente desses imigrantes de origem portuguesa e seus descendentes que pretendemos trazer para o nosso texto, reportando como “viver e conviver” e o que marca e distingue a identidade destes grupos e das suas estruturas associativas. Esta observação participante pretende responder à questão: Quais são as características identitárias destes dois grupos e como as mesmas se projetam nas estruturas associativas?

Também no 23º Encontro das Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes do Cone Sul, na Casa de Portugal – Villa Elisa, na cidade de La Plata, na Argentina, estivemos presentes e observamos e participamos. A esta dinâmica associativa contrapusemos a dinâmica associativa da Casa de Portugal, em Montevidéu, muito em especial através do seu programa, da organização de eventos e dos depoimentos dos seus associados.

A nossa abordagem em termos comparativos dos diversos contextos nacionais e internacionais, construída através do nosso estudo de caso dos imigrantes portugueses e seus descendentes em Montevidéu, a que contrapusemos o grupo representado pela “Asociación *Los Azoreños*”, bem como a dinâmica internacional presente no 23º Encontro das Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes do Cone Sul, perspectiva que tenhamos uma visão da evolução das suas formas de estar, ou seja, dos processos de integração social que foram implementando, bem como dos referenciais nacionais de Portugal que elegeram como marcadores identitários.

Objetivando o trabalho de campo em termos da operacionalização dos diferentes elementos, para a análise e compreensão dos argumentos que suportam o desenvolvimento da investigação, destacam-se as propostas seguintes:

- as redes de sociabilidade entre os emigrantes, seus descendentes e comunidades envolventes;
- as suas trajetórias escolares e profissionais;
- a diversidade dos seus universos simbólicos;
- os referentes culturais que circulavam e os que ainda circulam no interior destes grupos.

Estes foram os nossos entrevistados :

| | |
|-------------------|---|
| Luso-descendente | Carlos Martins Braga |
| Luso-descendente | Eduardo Vargues Casas |
| Luso-descendente | Virgínia Gonçalves João |
| 1ª Geração | José Maria Pereira Rodrigues |
| Luso-descendentes | Maria Clotilde Nogueira Gonçalves e José Manuel Rodrigues Alves |
| 1ª Geração | Maria Rita Pires Gonçalves |
| 1ª Geração | António Luís Fernandes Pires |
| Tertúlia | Los Azoreños |
| Luso-descendente | Maria Elena Oliveira de León |
| Espanhola | Maria Josefa Alvares de Panasco |
| Luso-descendente | Margarita Assunção Garretano |
| 1ª Geração | Luís Viriato Caetano Panasco |
| 1ª Geração | Manuel Fernando Correia Vilar |
| Luso-descendente | Luís Eduardo Alvares Panasco |

Entre os entrevistados temos como referência:

| | |
|------------------------------|---|
| Luís Viriato Caetano Panasco | Presidente da Casa de Portugal em Montevidéu Conselheiro para as Comunidade |
| Luís Alvares Panasco | Membro da Direção da Câmara de Comércio Uruguaio-Portuguesa |
| Eduardo Vargues Casas | Diretor da Rádio "Voz Lusitana" |
| Margarita Assunção Garretano | Associada da Casa de Portugal em Montevidéu, neta de um emigrante de Fão, Esposende, que chegou ao Uruguai em 1924, e filha do Professor Fernando Assunção. |

2. Conceitos

Para a leitura da realidade social destes portugueses e seus descendentes - lusos e lusodescendentes - no Uruguai, escolhemos o ver, o ouvir e o escutar o dito e o não dito. Portanto, o nosso estudo de caso remete-nos para um trabalho de campo com uma observação participante através de “conversas” mediadas por entrevistas, cujo guiões foram previamente estabelecidos para “descortinar” o específico e relevante que estes portugueses e seus descendentes têm para contar, em especial, sobre as razões da partida de Portugal e de como organizaram as suas vidas e as das suas famílias em terras tão distantes. Esta possibilidade de inquirir gerações de lusodescendentes permite uma retrospectiva longa de mais de dois séculos de “histórias de vida” num estudo de caso entre tantos outros “casos”.

No período temporal da nossa investigação, assume-se que todos os povos do Ocidente são cristãos e os da Península Ibérica são os das fronteiras da cristandade. Nos novos espaços, o denominado ‘Novo Mundo’, os marcos geopolíticos são estabelecidos sob o código cultural da Ibéria, que tem uma estrutura comum, latina e cristã.

Em 1583, três anos após a ascensão ao trono português de Filipe II de Espanha e I de Portugal, Jean Bodin lança em Paris a obra que maior influência intelectual terá sobre todas as sociedades *Les six Livres de la République*, ao estabelecer a soberania como principal fundamento de toda a forma de regime político (democracia, monarquia, aristocracia). Estatuindo dessa forma a subordinação do governante às leis fundamentais do Estado. Pelo que é considerado o concetualizador do Estado Moderno.

Na sequência da Revolução Francesa, inicia-se um longo período, segundo Eric Hobsbawm (1982, p. 10), de 1789-1848, *A Era das Revoluções* ou a *grande revolução*, designação que também admite para caracterizar a «sublevação gémea» ocorrida na Grã-Bretanha e em França e que se propagou ao mundo inteiro. Foi um tempo assinalado por fenómenos de transversalidade e estrangeirismo, invasões, guerras-civis, exílios e emigração. Em Portugal, enquanto os estrangeirados, notáveis na segunda metade do século XVIII e na primeira geração Liberal, procuraram introduzir mudanças vindas do exterior, os exilados tenderam a interpretar e incorporar a mudança desejada, aproximando Portugal, como Estado-Nação, da Europa Romântica, Liberal e moderna.

Sobre a construção de identidades sociais pode entender-se Ernest Renan (1882) como um precursor desta temática de acordo com a tradição liberal da primeira metade do século XIX, para quem a Nação-Estado “acabava por ser, na verdade, a unidade “natural” de desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista” (idem. p.12).

A distinção entre os conceitos de etnia e nação não é clara. Ambos os conceitos pressupõem uma crença subjetiva numa comunhão, em que prevalecem as lembranças de uma origem comum. E esta origem comum também pressupõe “comunidades imaginadas”. (Weber 1994). Mas lembra o autor que para a existência de uma nação é necessário que haja um sentimento de comunidade étnica, mas só por si não consubstancia e não sugere a existência de uma nação: “Mas o sentimento de comunidade étnica por si não faz surgir a ideia de uma “nação”. (Weber, 1999, p. 173).

A conceção do “Mapa histórico” pelo Estado colonial, parte de “direitos de conquista” para posteriormente criar legitimidades alternativas. Impostas superiormente numa tentativa de definir e reforçar os limites identidade nacional, de acordo com a construção do Estado-nação dominante no século XVIII.

Na língua inglesa as palavras *border* e *frontier* permitem distinguir dois sentidos do termo fronteiro. Significando *border* a fronteira como divisão política e administrativa e *frontier*ⁱⁱ a ideia de expansão, de conquista, de movimento constante.

No pressuposto de uma análise, funcional e institucional, define-se a «cultura como um todo indiviso, composto por instituições em parte autónomas e em parte associadas. Integram-na múltiplos princípios tais como a consanguinidade resultante da procriação, a contiguidade no espaço devido à cooperação, a especialização em diversas atividades e, por fim mas não menos importante, o uso do poder na estrutura política. Cada cultura deve a sua plenitude e auto-suficiência ao facto de satisfazer toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas.» (Malinowski, 1997, p. 40).

Considera ainda o autor que é necessário levar em conta o fator tempo, ou seja, a mudança. Defende ainda que «qualquer invento, revolução, mudança intelectual ou social, apenas ocorre quando criadas novas necessidades; incorporam-se assim no processo cultural ou na instituição novos mecanismos relativos à técnica, ao conhecimento ou à crença.» (idem, p. 41).

No pressuposto do funcionalismo, defende que este examina o que é a cultura como princípio determinante, na qualidade daquilo que adiciona ao nível de vida individual e coletivo. E que a cultura fornece ao ser humano potencialidades, capacidades e poderes derivados. (idem, pp. 92-93).

Segundo a abordagem funcional é possível determinar o contexto pragmático de um símbolo e provar que, no enquadramento cultural, um ato simbólico verbal ou qualquer outro apenas adquire realidade mediante o efeito que produz. (idem, p. 29)

Esclarecendo sobre os fins, considera que a função da tribo como unidade política é a de organizar a força de policiamento, de defesa e de ataque. Ou ainda, que a função das associações é dar seguimento a propósitos, interesses ou ideais específicos através de uma organização *ad hoc* cujos instrumentalismos e atividades particulares que visam um fim comum. (idem, p. 91).

Para Malinowski a questão do fim em vista constitui um valor. E esse sentido do valor «também impregna, vinculando-se de forma permanente, tanto a habilidade manual como o conhecimento teórico.» (idem, p. 19).

Constituem, portanto, um “mundo social” em cujo terreno se percebe a reputação, a competência e as convenções sociais respectivas, ao nível simbólico (Bourdieu, 1979).

Para Lourenço (1999, p. 26) o principal efeito da Revolução Francesa e da consequência napoleónica foi o ter posto termo ao *Ancien Régime* e, na ordem da cultura, ter entrelaçado a epopeia com a nostalgia. “Mas, sobretudo com a Alemanha e na Alemanha, fez da cultura, e não da política, a essência da nação”.

O Mundo foi *creado* pela Emoção, que é a logica da Vontade (O Logos do Mundo)

A inteligência não é deste mundo / É estranha á substancia do mundo / Deriva do destino / Superior aos homens e a deus. Fernando Pessoa ⁱⁱⁱ

3. Breve nota sobre as origens da nação



Imagem 1 – Praça de Portugal, Montevideo, Fevereiro de 2011

Falar sobre os portugueses pressupõe falar de desde quando e como constituíram o seu território e de como se instalaram e se sociabilizaram, e também nos territórios para onde partiram. Esclarecer a primeira parte do enunciado parece ser fácil: Portugal existe na finisterra da Europa desde 1143, e, em 1297, estabelece as fronteiras – um estreito retângulo - que ainda hoje tem. Em 1425 chegou à Madeira, em 1498 à Índia e, em 1500, a Terra de Vera Cruz^{iv}.

Para o restante do enunciado não temos evidências, mas para topo da identidade temos: *respublica christiana*. Esta afirmação da unidade da república dos crentes é uma manifestação positiva no sentido da reafirmação quotidiana da liturgia, na pregação, na organização eclesial ou na ordem processual canónica. Portanto, este sentimento manifestava-se negativamente face ao que considerava forças alheias e adversas à comunidade católica, desde os pagãos, ou infíeis, aos judeus ou aos hereges. (Silva e Hespanha, 1993, IV, pp. 20-21).

Na Europa, no interior das nações e dos reinos cruzavam-se a solidariedade e as distinções exigidas pela catolicidade e Portugal foi o primeiro reino da Península Ibérica a converter-se à fé de Cristo. Portugal funda-se como um pequeno reino cristão independente do reino vizinho de Leão e Castela e contra a presença muçulmana, que ocupa o futuro espaço português.

No entanto, «se a identidade portuguesa é concebida como a identidade de um *regnum*, o impensado subjacente é diferente e produz, por isso, efeitos ideológicos e políticos distintos. Aqui, o ato fundador é o ato político da criação do reino; que, em Portugal, é fundamentalmente a gesta da Reconquista, sendo o seu protagonista a “casa” real, a dinastia. Portugal começa com Afonso Henriques (eventualmente, com o reino

leonês) e vai progredindo, independentemente de fronteiras regionais naturais (nomeadamente das fronteiras da antiga Lusitânia), ao ritmo de batalhas e conquistas». (idem, p. 30). Após esse longo período de batalhas, em 1297, o Reino de Portugal fixou as suas atuais fronteiras, pelo Tratado de Alcanizes.

Também do ato fundador da língua temos o registo de D. Dinis ter procedido ao seu processo de nacionalização através da adoção do português nos documentos oficiais da chancelaria, por volta de 1296, já após a criação de uma universidade portuguesa, provavelmente, em 1288. (Mattoso, 1993, II, p. 155).

Volvidos dois séculos, a língua portuguesa é sumamente agraciada por Luís Vaz de Camões com *Os Lusíadas*^v, que o dedicou ao malogrado rei D. Sebastião - Cantos I e X.

Também o herói Viriato e o epónimo Lusitânia foram celebrados por Camões (2005, p. 88), em *Os Lusíadas*, no canto III:

« (...) / Esta foi Lusitânia, derivada / De Luso ou Lisa, que de Baco antigo / Filhos foram, parece, ou companheiros, / E nela os íncolas primeiros.» (vv. 4-8, 21^a estrofe)

e

«Desta o Pastor nasceu, que no seu nome / Se vê que de homem forte os feitos teve, / Cujá fama ninguém virá que dome, / Pois a grande Roma não se atreve. / Esta, o velho que os filhos próprios come, / Por decreto do Céu, ligeiro e leve, / Veio a fazer no mundo tanta parte, / Criando-a Reino ilustre; e foi desta arte:» (22^a estrofe).

Na investigação feita por estrangeiros sobre o ato fundador do reino, destacamos o referido em *Nações e Nacionalismos* por Ernest Gellner (1993, p.66):

“a organização social da sociedade agrária não é de maneira alguma favorável ao princípio nacionalista, à convergência das unidades políticas e culturais e à homogeneidade da cultura transmitida pela escola no seio de cada unidade política. Pelo contrário, como acontecia na Europa medieval, ela dá origem a unidades políticas menores ou muito maiores do que as indicadas pelas fronteiras culturais. Só *rara e fortuitamente* produziu um Estado dinástico a que fez corresponder, mais ou menos, uma língua e uma cultura, como acabou por acontecer *na costa Atlântica da Europa*. (A coincidência nunca foi muito próxima. Na sociedade agrária, a cultura é muito mais pluralista do que os respectivos impérios e, geralmente, muito mais ampla do que as pequenas unidades sociais participantes)».

Nesta citação usamos o itálico para destacarmos a contingência “rara e fortuitamente” e o local “na costa Atlântica”, pois, por certo, indiretamente também se refere à criação do reino de Portugal, com a coincidente ou correspondente língua e cultura, num território há muito povoado por diferentes grupos populacionais. Também como veremos adiante a afirmação da cultura não é pluralista e só no aspeto religioso, embora basilar, é comum à restante cristandade.

Salienta Gellner esta raridade histórica na vastidão da história de tantas nações dessa Europa medieval. E sentindo-a os portugueses criaram uma lenda, e reafirmaram-na em especiais conjunturas, entre os séculos XIV e XVII, e posteriormente. Por norma, ocorreram em períodos de conjunturas difíceis em que havia a necessidade de afirmar a autonomia de Portugal, o caráter de eleição e a impossibilidade de sujeição do Reino ou ao papa ou a monarcas estrangeiros:

«Cristo apareceu ao fundador no meio da batalha decisiva e prometera-lhe o império; as suas chagas eram o timbre de Portugal». (Silva e Hespanha, 1993, IV, pp. 21-22).

E esta «dimensão messiânica e providencial da construção imperial, obra de um pequeno Reino “posto num canto da Espanha” foi sucessivamente reafirmada, e a ideia de um povo eleito conheceu o expoente máximo quando, no contexto das guerras da restauração, se estruturou a ideologia de um V Império, encabeçado pela coroa portuguesa, e destinado a restabelecer a unidade da cristandade, então dividida pela oposição católicos/protestantes. Recuperando do passado os sinais anunciadores desse futuro império, com ele se tecia o olhar mais profético sobre o destino de um Portugal que, mais do que nunca, se transformava num destino espiritual.» (idem, pp. 21-22)

Reafirmando essa profecia, escreve o Padre António Vieira na sua *História do Futuro*:

«E o embaixador e intérprete deste e de outros futuros, que depois se viram cumpridos, foi aquele velho, desconhecido e retirado do Mundo, o ermitão do campo de Ourique; para que conhecesse e não pudesse negar Portugal que devia a Deus a vitória e a coroa, e que era todo seu desde seu nascimento.» (Vieira, 1953, I, p. 32).

O período Filipino durou 60 anos, mas em 1 de Dezembro de 1640 dá-se a denominada Restauração, a que se segue uma guerra na fronteira com Espanha durante 28 anos.

Neste período destaca-se o Pe. António Vieira através dos seus fervorosos sermões e da sua visão de carácter universalista, mística, visionária e espiritualista. O mítico e messiânico “Quinto Império”, o do “Reino do Espírito”, que remonta ao milenarista Joaquim de Fiore, na Idade Média.

No fatídico mês de novembro, cerca de meio século após o Terramoto de 1 de novembro de 1755 e de três séculos após ter embarcado para a Índia, no dia 29 de novembro de 1507, também no mesmo dia 29 de novembro, mas de 1807, embarcava o préstito fúnebre para o Brasil, e o país era invadido pelas tropas francesas e espanholas. «A encarnação tradicional, sacralizada e simbólica de Portugal esfuma-se assim na lonjura.» (Lourenço, 1999, p. 147).

E nesse século XIX em que impera o paradigma do Estado-nação, confronta-se o país com os ideais da modernidade, estando entregue às forças aliadas britânicas e aos exércitos de Napoleão Bonaparte. Nas décadas seguintes assistiu-se a uma longa guerra civil, a várias revoluções e, em 1822, à independência de Brasil. Este foi o clima em que floresceu o idealismo nacionalista que políticos e intelectuais abraçaram. Não obstante as divergências políticas, vêm em Camões a encarnação do ideal romântico do herói. Sobressai a figura do jovem poeta Almeida Garret, entendendo que o que Camões canta é a imagem de Portugal doente, ao escrever e publicar o poema narrativo *Camões*, em 1825, em Paris, no exílio.

Sobre o simbolismo da obra, comenta Helena Buescu (1993): «é aliás curiosíssimo, e com certeza significativo, que a noção de perda na morte de um herói (Camões) que por assim dizer «deixa em branco» essa outra figura, devidamente reduzida no poema a secundária e, aliás, bem censuráveis proporções, D. Sebastião. Isto é: que a perda da independência nacional seja associada, por Garrett, não à morte da personagem política que corporaliza essa independência (D. Sebastião) mas à morte da personagem simbólica que de facto a representa (Camões). Só que, ao contrário de D. Sebastião, cujo impossível regresso gera a produção do mito sebastianista, Camões «regressa» efetivamente, em pleno século XIX, pela pena de Garrett. Porque a identidade portuguesa que o Romantismo pretende «restaurar» é tanto ou não apenas a política mas a identidade simbólica que o conceito de nação, caro à ideologia romântica, afinal recobre. Daqui decorre o carácter profundamente empenhado e programático do texto garrettiano: é que só há programa possível quando existe futuro, e que só faz sentido, para um romântico e liberal, porque «restaurar» a identidade nacional é objetivo deste posicionamento ideológico.»

No século XX, um ano após a aprovação da Constituição de 1933, Fernando Pessoa publica a sua obra a *Mensagem*, na qual faz reemergir a profecia:

«Quando António Vieira quiz basear em qualquer coisa a sua fé natural nos destinos superiores da Patria, que coisa foi a que encontrou? As profecias desse sapateiro de Trancoso. Amou-as e as commentou o maior artista da nossa terra, o Grão Mestre, que foi, da Ordem Templária de Portugal.» (citado por Teixeira, 1997, p. 94).

Mas Pessoa também a reinscreve e reafirma na sua procura arquetipal pela Verdade e pelo Destino, num messianismo “aportuguesado”, com fundas raízes no húmus cultural da *Patriae Nostra*, que sustenta pelos modelos prefigurados nos mitos (esse Nada que é tudo) de Teseu, de Orfeu, de Sísifo, de Prometeu, de Eros e Thanatos e de Ulisses, título de um dos primeiros poemas da *Mensagem*. E esta questão, segundo António Quadros, culmina

«com a morte de Galaás, o puro cavaleiro que na tradição portuguesa já foi identificado pelos nossos escritores e poetas com Nun’Álvares e com S. Sebastião». (idem, p. 86)

E num poema da *Mensagem*, datado de 8-12-1928, Pessoa questiona NUNÁLVARES PEREIRA (Pessoa, 1986, p. 107): «Que auréola te cerca? / ... / ‘Sperança consumada, / S. Portugal em ser, / Ergue a luz da tua espada / Para a estrada se ver!»

E eis que no século XXI, em abril de 2009, reemerge o discurso do mito e da identidade nacional através da canonização de D. Nuno Álvares Pereira^{vi}, na sequência do processo de beatificação que a Igreja lhe tinha concedido em 1918. É de salientar que a «forma como o mito foi reproduzido na esfera pública distanciou-se da sua forma mais habitual, a historiografia, assumindo a memória coletiva e a “reprodução banal” uma maior importância». (Amante, 2011, p.221).

Ora, Fernando Pessoa disse:

«só há uma espécie de propaganda com que se pode levantar a moral de uma nação – a construção ou renovação e a difusão consequente e multimoda de um grande mito nacional. (...) Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil; não temos que criar um mito, senão que renová-lo. Começamos por nos embebedar desse sonho, por o integrar em nós, por o encarnar. Feito isso, cada um de nós independentemente e a sós consigo, o sonho se derramará sem esforço em tudo o que dissermos ou escrevermos, e a atmosfera estará criada, em que todos os outros como nós a respirem. E concluindo: Então se dará na alma da Nação o fenómeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a criação do Mundo Novo, o Quinto Império. Terá regressado El. Rei D. Sebastião». (Pessoa, 1986, p. 76).

Volvidos tantos séculos desde as origens de Portugal e persiste Pessoa no “desassossego” e a contagiar-nos e a interpelar-nos sobre a crise de Portugal e do homem português, dizendo que o início da nossa decadência se deve colocar no formidável esforço com que realizamos as descobertas e as conquistas. «Com a dispersão por todo o mundo e a morte em tantos combates, precisamente daqueles elementos que criavam o nosso progresso, o nosso povo foi pouco a pouco ficando reduzido aos elementos apegados ao solo, aos que a aventura não tentava, a quantos representavam as forças que, numa sociedade, instintivamente reagem contra todo o avanço». (idem, p. 151).

Neste discurso Pessoa refere dois aspetos que nos prenderam especialmente a atenção, o “formidável esforço” e a “dispersão por todo o mundo dos elementos que criavam o nosso progresso”, pois se prendem diretamente com o nosso estudo sobre a nação portuguesa e os traços identitários da emigração portuguesa no Uruguai: Os protagonistas do formidável esforço que cria progresso.

Em toda a investigação que temos desenvolvido, o referencial para explicitarmos o *sui generis* do caso português, não se tem mostrado com muita aderência à nossa realidade, tal como escreve Sobral: «a problemática da formação das nações, o nacionalismo e a “identidade nacional” no contexto português, é certamente dos menos estudados». (Sobral, 2003, p. 1094).

Ao longo de quase dez séculos, o “nosso mito” vai elegendo protagonistas, na sua sequência temporal. Remete-nos para o tempo do indivíduo que percebemos como finito e irreversível, ao contrário do dos povos que é entendido como um infinito percurso de vivências comuns ao longo dos tempos e que, no nosso caso, o mito perpassa. O mito instala-se nessa vivência comum, no tempo e no espaço. Seres, espaço e mito consubstanciam a coexistência que em termos reais ou simbólicos se constroem em estreita interligação. Assumindo essa construção como a de um projeto de futuro. Os indivíduos imaginam esse projeto, e esse projeto que é da imaginação ou da crença é-lhes indispensável para se lançarem no futuro. O futuro que perseguem na caminhada conjunta como nação. Tal como escreve Eduardo Lourenço (2001, p, 10): «Não conhece o destino, mas essa imagem de si mesmo fornece conteúdo e dá um sentido à sua marcha».

“a nossa mais funda vocação (...) é a de estar no mundo como em casa”. Eduardo Lourenço^{vii}

IV. Os traços identitários da emigração portuguesa no Uruguai

Nesses finais do século XIII, Portugal define as suas fronteiras e torna-se o mais antigo Estado-nação da Europa. Ao associar o princípio da territorialidade à noção de fronteira, desenha a primeira geografia de um Estado soberano na Europa. Desta forma, estabelece a dupla dimensão que a questão da fronteira propõe, que

se traduz na definição de um limite de vizinhança entre identidades diferenciadas e que salvaguarda um espaço de intervenção autónoma de cada identidade em relação aos interesses próprios (Marchueta, 2002). Esse limite de vizinhança ou fronteira entre Portugal e Espanha tem uma extensão de 1232 km, entre uma extremidade e a outra: a norte a cidade de Caminha e a sul a cidade de Vila Real de Santo António. Da outra fronteira com o Oceano Atlântico, nos séculos XV e XVI, parte como descobridor de caminhos marítimos e instala-se como colonizador em terras de África, do Oriente e do Brasil.

Para estes novos territórios muitos portugueses seguirão. Como “afirmou Magalhães Godinho (1978) a emigração é uma constante estrutural da história portuguesa, uma constante que, para Joel Serrão (1970), terá tido início na colonização da Madeira (cerca de 1425), e que desde então foi sendo progressivamente interiorizada no modo de vida e na mentalidade dos portugueses” (Baganha, 1999).

Tendo sempre presente a necessidade de conjeturarmos sobre o tempo e o espaço da nossa investigação, no quadro seguinte, apresentamos essas diferentes dimensões habitadas por portugueses e seus descendentes.

| País | Uruguai | Argentina | Brasil | Portugal |
|--------------------------|---------|-----------|-----------|----------|
| Data Independência | 1828 | 1810 | 1822 | 1143 |
| População (milhões) | 3,3 | 41,2 | 192,4 | 10,5 |
| Área (km ²) | 176.215 | 2.780.400 | 8.514.876 | 92.090 |
| Hab/km ² | 18,7 | 14,1 | 22,5 | 114,1 |

Fonte: Central Intelligence Agency (CIA). Estimativa para julho de 2014. Consultado em Maio 10, 2014, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2119.html#184>

No imaginário português está plasmado o vasto reportório de lendas, ladainhas, mitos e mezinhas que a nossa tradição oral vai incessantemente legando às gerações que se sucedem, como na aldeia onde o árduo trabalho de “campo”, entrelaça rituais, preces e festas, que os portugueses levam consigo para esses locais de acolhimento.

E é essa memória dos locais, das gentes, dos sabores, dos sons, das falas, dos silêncios e de tudo o mais que cada imigrante encerra em si; é esta a questão principal da nossa investigação. A partir dessa memória pretendemos entender como é que reconstruíram os seus modos de estar e de conviver, e que abordaremos na nossa tese

Referências Bibliográficas

- Amante, Maria de Fátima (2011). “A Reprodução Quotidiana dos Mitos Nacionais: O Caso de Nuno Álvares Pereira”. In *Identidade Nacional: Entre o discurso e a Prática*. pp. 221-238. Porto: Fronteira do Caos.
- Baganha, Maria I. & Gois, Pedro (1998 e 1999). *Migrações Internacionais de e para Portugal: O que Sabemos e para onde vamos?* Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 52/53, Novembro de 1998/Febrero de 1999.
- Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Buescu, Helena C. (1993). *De Camões a Camões: Onde a Perda Acaba e a Restauração Começa*. Lisboa: Cosmos.
- Camões, Luís (2005). “Os Lusíadas”. In *Obras Completas*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I.
- Gellner, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismos: Trajectos*. Lisboa: Gradiva.
- Hobsbawm, E. (1982). *A Era das Revoluções 1789-1848* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Lourenço, Eduardo (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- _____, (2001). *Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Malinowski, Bronislaw (1997). *Uma Teoria Científica da Cultura*. Lisboa: Edições 70.

Mattoso, José (dir.) (1993). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 6 Vol. Vol. II.

Pessoa, Fernando (1986). *Mensagem e outros poemas afins*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Silva, A. C. N. & Hespanha, A. M. (1993). “A identidade portuguesa”. In Mattoso, José (dir.), (1993). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV.

Sobral, José Manuel (2003). “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), pp. 1093-1126. Consultado em setembro 20, 2013 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434J0eQU4wx7Ro77GX9.pdf>

Teixeira, Luís Filipe B. (1997). *Pensar Pessoa: A Dimensão Filosófica e Hermética da Obra de Fernando Pessoa*. Porto: Lello Ed.

Vieira, António (1953). *História do Futuro*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., vol. I.

Weber, Max (1994). “Relações comunitárias étnicas”. In *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Brasília, DF: UnB, vol 1.

ⁱ Eduardo Lourenço, 2001. *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. p.10.

ⁱⁱ Este termo segundo o *Encyclopedic Dictionary of the English Language* provém do Francês, é um termo com um significado político e geográfico, compreendendo as áreas limítrofes de um espaço. As internas e as externas a esse mesmo espaço. Correspondendo às designadas zonas fronteiriças.

ⁱⁱⁱ Fernando Pessoa, Sobre Portugal : Introdução ao Problema Nacional, citado por Luís Filipe B. Teixeira, 1997. *Pensar Pessoa*, p.222.

^{iv} Como identifica Pero Vaz de Caminha, no final da carta enviada a ‘El-Rei D. Manuel’, em 1 de maio de 1500.

^v *Os Lusíadas* também a estrangeiros mereceu atenção, dado que, segundo o Instituto Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, desde então já foi publicado e traduzido nas línguas dos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Hungria, Irlanda, Itália, Polónia, Reino Unido, Rússia e Suécia. Consultado em Abril 25, 2014 em <https://www.instituto-camoes.pt/obras-traduzidas/root/cultura-externa/edicao/obras-traduzidas#sthash.WQmBeAo7.dpuf>.

^{vi} São os tempos do Grande Cisma. Portugal continua a prestar obediência ao papa romano e o rei de Castela tornou-se aliado do antipapa de Avignon. Nuno Álvares, comparado ao apóstolo Pedro, com os seus companheiros franciscanos prega o “evangelho português”, que tem como fundamento a obediência ao papa Urbano VI, o verdadeiro pastor da Igreja, “fora de cuja hoberdiencia nehu salvarse podia”. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte II, p. 340. No dizer de Fernão Lopes, os portugueses são o novo *Povo Eleito*.

^{vii} Eduardo Lourenço, 1994. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 23.